

Parecer nº 66/99

Data: 1999.05.12

Processo nº 552

Requerente: Chefe do Estado Maior da Força Aérea.

1. O Chefe do Estado Maior da Força Aérea solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26/08, a apreciação da possibilidade legal de deferimento de um requerimento que lhe foi submetido para acesso a dados referentes à situação de uma beneficiária da ADMFA.
2. O interessado, capitão da Força Aérea e ex-marido da titular dos dados, requereu, através de mandatária forense:
 - a) documento comprovativo da qualidade de beneficiária e da data de início desse benefício;
 - b) cópia da conta corrente das despesas da beneficiária com a ADMFA;
 - c) lista dos medicamentos comparticipados desde que assumiu a posição de beneficiária.

A primeira informação foi prestada. Quanto às demais, a requerente foi notificada de que, tratando-se de documentos nominativos com acesso vedado a terceiros, o assunto seria, como foi, levado à consideração da CADA.

- 3 Os documentos em causa destinam-se - segundo informação prestada à CADA pela requerente - a instruir a propositura de uma acção de anulação de pensão de alimentos, razão pela qual no pedido de informação dirigido ao CEMFA os qualificou como "manifestamente urgentes".

Porém, nos termos da Lei 65/93, de 26 de Agosto, os cidadãos que requerem acesso a documentos administrativos não têm de revelar o motivo pelo qual exercem esse direito. É também incontroverso que a via prevista na Lei 65/93 não é incompatível com as demais que a lei estabelece (mas também não opera nenhum efeito suspensivo sobre elas, nem gera prazo especial ou regime de urgência), pelo que a informação prestada pela requerente só releva para reconstituir a situação que cumpre apreciar - qual seja se os documentos pretendidos podem ser acedidos ao abrigo da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).

4. Não oferece qualquer dúvida que os documentos onde se contenha a conta corrente das despesas de qualquer beneficiário de um sistema como a ADMFA e a lista dos medicamentos comparticipados gozam de especial protecção legal.

De acordo com a LADA - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto -, com as alterações constantes da Lei nº 8/95, de 29 de Março, quando os documentos administrativos contenham dados pessoais (que a lei define como "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada"), o acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (artigo 7º/2).

Mas mesmo quando haja interesse directo e pessoal tal acesso não pode ocorrer indiscriminadamente com preterição da garantia da privacidade. Por um lado, é de notar que a requerente não solicitou documento relativo ao montante global agregado de despesas ou ao volume global de medicamentos, mas sim acesso ao conteúdo integral e discriminado da "biografia participativa" da beneficiária. A análise desses dados é susceptível de revelar o perfil de consumo e logo o retrato da "intimidade clínica" da pessoa visada.

Por isso mesmo, e por outro lado, cabe ponderar se o interesse do destinatário da informação no acesso a esses dados sensíveis é protegido por alguma disposição legal.

Não o é pela lei civil. No direito vigente após o 25 de Abril, nem a qualidade de marido, nem, evidentemente, a de ex-marido conferem ao interessado qualquer habilitação legal para partilha da intimidade clínica. Esta só pode decorrer da vontade da titular dos dados.

Não o é também, nos termos requeridos, pela legislação que regula o funcionamento da ADMFA. A partilha de benefícios não implica a partilha da intimidade da vida privada num dos seus núcleos mais sensíveis.

5. Nestes termos, a CADA entende que não deve ser facultado o acesso, nos termos requeridos, a cópia da conta corrente das despesas da beneficiária identificada nos autos com a ADMFA e à lista dos medicamentos comparticipados desde que assumiu tal posição.

Lisboa, 12 de Maio de 1999.

João Labescat (Relator) - Narana Coissoró - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente)

Declaração de Voto

[Com a declaração de que se me afigura legal, além de justo e razoável, e legitimado pelos motivos e objectivos invocados pelo requerente, que a este se permita o acesso à informação sobre o montante global anual das despesas feitas pela beneficiária em questão, sua ex-mulher, em relação às quais tenha havido comparticipação da ADMFA; por outro lado, sendo esta solução um *minus* (por mera redução quantitativa sem

mudança de objecto) em relação ao formulado pedido de informação sobre montantes parcelares, uma eventual objecção do foro adjectivo sossobriria perante o princípio processual geral (vertido, por exemplo, na norma do nº 1 do artigo 661º do Código de Processo Civil) de que é sempre admissível o atendimento parcial (e não apenas parcelar) de um pedido].